

Carta a um amigo geógrafo

Caro amigo:

Você me propõe duas perguntas: “Por que razão você decidiu estudar Geografia?” e “Quais são as potencialidades da Geografia?”. É comum que, ao longo da nossa vida, a gente reavalie atitudes, interpretações e posições; assim, a resposta que nós daríamos ontem a uma pergunta não é, necessariamente, a mesma que daríamos hoje, e menos ainda aquela que daremos amanhã. Isso vale, creio, para qualquer assunto, e os temas profissionais não constituem exceção.

No meu caso, por razões que vou lhe expor, as respostas que eu hoje dou para essas duas questões se acham muito mais organicamente entrelaçadas que, digamos, dez anos atrás. Aliás, justamente, eu teria, dez anos atrás, respondido de forma diferente a ambas as indagações, muito particularmente no caso da segunda.

Pois foi, exatamente, no começo da década passada que eu me resolvi a, finalmente, “dar um murro na mesa” e redefinir as minhas prioridades profissionais. Antes de explicar o “murro na mesa”, porém, me permita falar alguma coisa sobre a minha trajetória, que é o pano de fundo contra o qual a minha postura atual poderá ser entendida.

Entre os dez e os quinze anos de idade, eu oscilei bastante em matéria de gostos e preferências intelectuais. Sempre devorei sofregamente livros de História (principalmente qualquer coisa que dissesse respeito à Antiguidade Clássica e à Idade Média, além de biografias de líderes políticos e, não com menor interesse, história militar). Lá pelos meus onze anos descobri, também, a Paleontologia e a Geologia (a primeira graças a um livrinho muito interessante que comprei na banca de jornais, e a segunda por conta de uma enciclopédia em espanhol que meu tio predileto, Anselmo, me emprestou). Por essa mesma época tive uma paixão ardente, mas passageira, pela Arqueologia, após ler um outro livro emprestado pelo mesmo tio (*Deuses, túmulos e sábios* era o título). Apesar de uma forte presença de leituras referentes às humanidades, bem como a interesses secundários (como o xadrez, que entrou na minha vida quando eu tinha doze anos), minhas paixões principais ainda não eram ligadas a elas, mas sim às ciências da natureza – Física e Astronomia acima de todas as outras. Assim como eu devorava livros de ficção científica (Isaac Asimov, Ray Bradbury etc.), eu também economizava os meus trocados de mesada de filho de operário para adquirir livros como o *ABC da Relatividade*, de Bertrand Russell, ou o *Da*

Terra às Galáxias, do nosso saudoso astrônomo Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, entre muitos outros livros de divulgação científica. (Alguns, na verdade, não eram de divulgação, como o *História da Matemática*, de Carl Boyer, ou um enorme livro de *Física Fundamental*, em espanhol, que atrevidamente comprei quando ainda nem mal dominava as equações de segundo grau...).

Com isso eu quero deixar claro o seguinte: as humanidades e as ciências entraram cedo na minha vida (de certo modo, tudo começou com a influência do meu pai, simpatizante comunista, que adorava conversar comigo sobre História Universal e do Brasil, em especial assuntos políticos); porém, na adolescência, eu queria mesmo era ser físico e/ou astrônomo. Cheguei a improvisar um pequeno telescópio com lentes que reaproveitei daqui e dali, montando até um arremedo de observatório em minha casa!

Foi lá pelos quinze anos de idade, no primeiro ano do ensino médio, que eu fiz uma descoberta maravilhosa: a Geografia. Até então, a Geografia era algo interessante e agradável, pois eu gostava muito de ler sobre os países do mundo; mas era uma aproximação, digamos, banal e superficial. Um olhar de jovem diletante. No início do ensino médio eu percebi que a Geografia poderia ser a minha *profissão*. Era uma coisa intuitiva, mas o fato é que, na Geografia, os meus dois interesses intelectuais – pelas ciências da natureza e pelas humanidades – se combinavam e se juntavam. Ou, pelo menos, era o que eu imaginava...

Eu frequentava a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro desde os doze anos, e lá pelos treze eu já estava lendo sobre – veja só – Geopolítica (Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva...). Mas isso, digamos, foi uma porta de entrada meio torta para a Geografia. Foi só lá pelos dezesseis anos de idade que eu comecei a fuçar a sério nas bibliotecas em busca de livros de Geografia que não fossem didáticos, de escola. Quando descobri a Biblioteca do IBGE (e a livraria também), no Centro do Rio, foi um achado! Virei frequentador habitual, E ali topei com os *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, de Leo Waibel, livro que mudaria a minha vida: seja porque a sua leitura consolidou a minha decisão de estudar Geografia (para dedicar-me à Geografia Agrária), seja porque me atrevi a procurar ter contato pessoal com o autor do fascinante prefácio da coletânea de Waibel. O nome do autor desse prefácio era Orlando Valverde, de quem me tornei amigo, uma amizade que foi de 1981 (um ano antes de eu entrar para a graduação em Geografia na UFRJ) até a morte dele, em 2006.

Ao entrar para a UFRJ, contudo, rapidamente houve uma reviravolta. Com apenas dois meses de curso, eu fui convidado para ser bolsista de iniciação científica. Eu trabalhava, formalmente, com Bertha Becker, mas, na prática, quem me orientava era Lia Osório Machado, porque eu pouco

via Bertha. A atmosfera no departamento era muito influenciada tanto pela presença de Milton Santos (que, em 1982, ainda estava na UFRJ), diretamente, quanto pela presença de Bertha, mais indiretamente, sobretudo por ela trazer vários nomes importantes da Geografia internacional para dar palestras abertas a todos. Foi assim que, já nos primeiros dois anos da graduação, nomes como os de David Harvey, Edward Soja, Michael Storper, Michael Dear, John Friedman, José Luís Coraggio e muitos outros se tornaram familiares; eu os lia e, em alguns casos, pude ouvi-los e vê-los pessoalmente. Para alguém com dezoito-dezenove anos de idade, isso representou um inesquecível e marcante banho de imersão na vanguarda da Geografia mundial. Nossa biblioteca, na UFRJ, sempre foi excelente, para os padrões brasileiros (e, a partir dos anos 1990, tornou-se muito boa também pelos padrões internacionais, devido aos esforços de Mauricio de Almeida Abreu, que hoje dá nome a ela). Isso significa que, para quem tivesse tempo e gosto por ler, o que não faltava eram ótimos livros e ótimas revistas, inclusive as estrangeiras (*Progress in Human Geography*, *Antipode*, *Espaces et Sociétés* etc. etc.). A atmosfera do lugar acabou, no entanto, tendo um efeito inesperado, que hoje eu avalio como tendo sido bom e mau ao mesmo tempo.

Já em 1983, em decorrência do que eu disse no parágrafo anterior, eu pouco me dedicava à Geografia Agrária. Depois de mais ou menos um ano me dedicando ao tema da “franja rural-urbana” – verdadeiro tema de transição... –, eu terminei por abraçar a Geografia Urbana por completo, ainda em 1983. Orlando, brincando (mas um tantinho desapontado), dizia que eu havia me “bandeado” para a Geografia Urbana. Porém, não foi só isso. Quase subitamente, a Geografia de Orlando me parecia... antiquada. Teórica e metodologicamente antiquada. Eu estava embriagado com as discussões epistemológicas que eu via em livros e artigos, e aos poucos fui criando uma espécie de “duas vidas paralelas”: quase todo sábado eu visitava Orlando em seu apartamento no bairro do Leme, onde ouvia suas histórias, anotava autores e recomendações, buscava orientações sobre trabalhos de campo e, ao final, fazia um lanche com ele e a adorável Dona Miriam, sua esposa. Através de Orlando eu aprendia sobre a artificialidade da separação cada vez mais rígida entre uma “Geografia Humana” e uma (como ele jocosamente provocava) “Geografia Desumana”... Para ele, geógrafo agrário profundamente consciente da importância de conhecer as dinâmicas e os processos geobiofísicos, o abismo entre as duas Geografias era muito pernicioso. No entanto, o resto do tempo, eu lidava com autores e professores que, com entusiasmo, faziam o inverso do que preconizava Orlando: tentavam “depurar” a Geografia Humana, tacitamente (ou até explicitamente) decretando qualquer interesse pela Geografia Física como

uma espécie de perda de tempo. Seu projeto era o da construção de uma Geografia enquanto ciência social “pura”. A Geografia Crítica, na esteira de avanços consideráveis, também trouxe um problemão de longo prazo: para além de uma justa e necessária crítica do positivismo, do empirismo etc., acarretou, também, um certo sentimento de vergonha do passado da Geografia. Com exceções menos ou mais parciais (como, por exemplo, um Yves Lacoste, ou, no Brasil, um Carlos Walter Porto Gonçalves, além dos geógrafos anglo-saxônicos que se dedicaram à Ecologia Política), a maior parte dos “geógrafos críticos” dos anos 1970 em diante eram geógrafos humanos para os quais a “natureza” era, no máximo, um conceito a ser tratado em um plano abstrato, especulativo, filosófico.

Diante dessa tensão, um dos lados acabou prevalecendo em minhas escolhas. Ainda que meio a contragosto, segui a corrente geral. A amizade com Orlando e as nossas conversas continuaram, para mim, a ser essenciais; mas eu as valorizava mais por razões de orientação ética (Orlando sempre foi e continua a ser o meu maior modelo de ética profissional) ou pelas histórias sobre a evolução e os personagens da Geografia que por razões propriamente teórico-conceituais ou metodológicas. E assim transcorreram, para mim, os anos 1980.

Eu não estava, entretanto, totalmente feliz naquela pele. Por mais que a Geografia de Orlando me parecesse envelhecida e largamente ultrapassada, eu *sentia* (mais do que *sabia*) que havia algo de essencialmente válido no exemplo profissional dele, do ponto de vista epistemológico. Por um capricho do destino, em 1984 eu acabei indo trabalhar com um professor que se dedicava à Análise Ambiental, e que foi o introdutor do Geoprocessamento na Geografia brasileira: Jorge Xavier da Silva. Eu discordava de Xavier em quase tudo, mas ele apreciava a minha colaboração, e com ele aprendi toda uma série de coisas, de interpretação de imagens de satélite e os rudimentos do Geoprocessamento até conceitos e técnicas de Análise Ambiental. Era desse trabalho como estagiário que, entre 1984 e 1986, vinha o meu dinheirinho (em 1986, meu pai foi embora de casa, e eu virei arrimo de família). Eu buscava aproveitar aquilo que me parecia aproveitável, e a inspiração valverdiana me ajudou muito quanto a isso. Dessa colaboração acabou saindo o meu primeiro livro, *Análise ambiental* (publicado pela Editora da UFRJ em 1987), do qual sou, claro, apenas o segundo autor. Como eu costumo brincar, a melhor coisa do livro é o prefácio, assinado por ninguém menos que Paulo Freire (que Xavier havia conhecido e de quem havia se tornado amigo por intermédio de sua esposa, que havia sido uma das principais colaboradoras de Freire nos anos 1960). Mas não foram apenas técnicas de pesquisa que aprendi no convívio com Xavier. Descobri, por exemplo, em sua biblioteca na UFRJ, Herman

Daly (de quem Xavier havia se tornado amigo nos Estados Unidos), e a leitura de seus escritos de Economia Ecológica foi inspiradora, naquela época (cheguei a escrever uma carta para Daly).

E assim foi evoluindo a minha “dupla vida”. No mestrado, mesmo ainda trabalhando com Xavier (e lecionando na PUC-RJ), fui orientado por Mauricio Abreu em uma dissertação sobre o ativismo de bairro, talvez a primeira dissertação de mestrado na Geografia brasileira a abraçar uma abordagem libertária; ao passo que no meu trabalho como assistente de pesquisa na UFRJ, eu lidava com unidades e normas de manejo ambiental, APAs, EIAs e RIMAs (a legislação pertinente havia acabado de ser aprovada, em 1986), usava imagens de satélite e coisas que tais... Graças à PUC, ainda por cima, conheci pessoalmente Carlos Walter Porto Gonçalves. Além do carinho que Carlos sempre teve por Orlando (e quem gostava de Orlando contava, imediatamente, com a minha simpatia), em Carlos encontrei um representante da Geografia Crítica que, diferentemente de tantos outros, debatia intensamente a problemática ambiental, em sentido amplo. O exemplo de Carlos, ao lado do de Orlando, iria se revelar uma influência duradoura.

Em 1987, por fim, começou a se apresentar a dúvida: onde e com quem fazer o meu doutorado? Eu queria muito ir para fora do Brasil. Na época, só havia doutorado em Geografia em duas universidades, na USP e na UNESP-Rio Claro – e eu não me via me doutorando em nenhuma das duas. Eu queria “ganhar os ares do mundo”. Xavier queria que eu fosse para os Estados Unidos; Orlando claramente favorecia a hipótese da Alemanha (ele havia sido assistente de Leo Waibel quando da estada deste no Brasil, daí a sua admiração pela Geografia alemã). Cheguei a pensar também na França, mas foi um pensamento meio fugaz. Depois de uma certa vacilação, optei pela Alemanha. Mais uma decisão que mudaria a minha vida, inclusive a pessoal (pois me casei com uma alemã e tenho uma filha que vive na Alemanha, embora nascida no Brasil).

Em 1989, embarquei. Alguns poucos meses depois de chegar na Alemanha, “caía” o Muro de Berlim (na verdade, ele foi derrubado a marretadas, mas deixemos para lá). O que eu descobri na Universidade de Tübingen, por um lado, me fascinou; por outro, me decepcionou extremamente. O que me fascinou? O rigor, a excelência, o apuro formal e metodológico; era uma Geografia que cultivava a Cartografia e, além do mais, estava entrando na Cartografia Digital e no Geoprocessamento, mas sem nunca exagerar a importância dessas ferramentas. Acima de tudo, aliás, era uma Geografia que valorizava o trabalho de campo e as tradições, apesar de estar sintonizada com determinadas discussões contemporâneas, notadamente no debate ambiental (como sobre o “ecodesenvolvimento”,

que eu já tinha conhecido no Brasil, ao ler Ignacy Sachs). E o que me decepcionou? O apreço comparativamente menor pelo estudo da história da Geografia e, acima de tudo, o conservadorismo político. A Geografia Crítica, que aqui chegou como uma lufada de ar fresco vinda da França e, também, da Inglaterra e dos Estados Unidos, quase não era cultivada na Alemanha. De um modo geral, os geógrafos alemães progressistas eram, no máximo, bons reformistas, mas sem quase nenhuma referência político-filosófica mais sólida – e sem a percepção de que isso é importante. Eu achava incrível que, ali, ninguém dava a menor bola ou revelava a menor curiosidade, por exemplo, com relação à Escola de Frankfurt, para não falar em Marx e Engels. Isso me espantava e, depois, passou também a me exasperar. Me virei sozinho, porque algumas bibliotecas estavam repletas de obras de autores de esquerda, clássicos ou não, especialmente marxistas. Me enfiava nas bibliotecas e conversava com os mortos, dia após dia. (Bom, não só: sociólogos e politólogos alemães, esses sim, com frequência davam contribuições interessantíssimas, dialogando com os autores fundamentais do pensamento marxista e, muito raramente, libertário.) Ao final, a minha tese de doutorado virou alguma coisa um tanto estranha para os padrões da Geografia alemã – o que não me impediu, de todo modo, de me doutorar com *summa cum laude*.

Infelizmente, as minhas críticas àquelas lacunas dos alemães fecharam um pouco os meus olhos para aproveitar na justa medida as enormes vantagens ao meu alcance, justamente naquele país. Me refiro, acima de tudo, à valorização de um debate ambiental robusto, integrando conhecimentos geoecológicos (ou, como diria Tricart, *ecogeográficos*) e sócio-espaciais.

Por imposição regimental, eu fui obrigado, ao final do doutorado, além de fazer uma conferência sobre a tese, igualmente a me submeter a três provas orais: uma era em Geografia Humana; a segunda era em uma ciência social de minha escolha (eu escolhi a Ciência Política, na qual eu tinha feito várias disciplinas); e terceira era em... Geografia Física! Isso me aborreceu muito no início, pois significava que eu teria de me dedicar meses e meses a uma preparação que me parecia um despropósito: àquela altura, desviar-me tanto de minhas prioridades, tendo que aprender, inclusive, todo um vocabulário de Geografia Física em alemão! Aquela sabatina foi, contudo, uma oportunidade fantástica, mais um ponto de inflexão em minha vida. Eu fui mergulhando mais e mais, nos meses que antecederam o exame oral, em leituras que foram se mostrando interessantíssimas – eu havia “negociado”, como tema central da sabatina, “geoecologia do mundo tropical” –, porque me mostraram algo que eu muito pouco tinha visto no Brasil: uma Geografia Física fortemente integrada, não raro articulada com preocupações de

organização espacial (“estresse ambiental”, usos e abusos dos solos agrícolas, e assim sucessivamente). Durante a minha graduação, a Geomorfologia (e, até certo ponto, a própria Pedologia), a Climatologia e a Biogeografia apareceram como matérias que lidavam com a realidade como se não existisse a sociedade, como se fosse possível fazer abstração da ação social, e como se fosse possível lidar com o “ambiente natural” como se ele não fosse, intensamente, hominizado. No máximo, falava-se, de vez em quando, em “fator antrópico” – uma má abstração, que venho, há décadas, combatendo sem cessar. Quanto a políticas públicas na área ambiental, então, isso praticamente não era nem sequer mencionado; o que eu aprendi, quanto a isso, nos anos 1980, eu aprendi com Jorge Xavier da Silva, no dia a dia da pesquisa. Na Alemanha, em contrapartida, descobri uma outra forma, muitíssimo mais interessante para as minhas necessidades, de se cultivar a chamada Geografia Física.

De toda sorte, nem mesmo essa experiência de mergulhar e reaprender a Geografia Física teve grandes efeitos de curto prazo. Retornei ao Brasil na primeira metade de 1993, voltei a vincular-me à UFRJ (como pesquisador e como professor colaborador da pós-graduação), e... continuei trabalhando, prioritariamente, com problemas e temas que não me suscitavam grandes esforços de valorização de conhecimentos ecogeográficos. Houve, sim, um convite para voltar a lecionar na PUC-RJ, desta feita em um curso de Especialização em Análise Ambiental, no qual, por dois semestres, eu lecionei História Ambiental. Mas isso foi uma nota de rodapé. No geral, eu voltei à “vida dupla” profissional que eu levava no Brasil.

Aos poucos, bem aos poucos, contudo, algo começou a mudar. Eu já não conseguia fingir que na cidade não há intempéries, não há movimentos de massa ou inundações, não ocorrem desastres. O debate em torno do “desenvolvimento sustentável” também atraiu cada vez mais a minha atenção, para polemizar com essa abordagem (que não é uma teoria, mas, isso sim, pouco mais que um *slogan* e uma ideologia). Sintomaticamente, em meu livro *O desafio metropolitano*, de 2001 (que ganhou o Prêmio Jabuti em 2001), vários capítulos são dedicados a temas como a relação entre problemas ambientais e segregação residencial e ao “desenvolvimento sustentável”. Eu não tinha, na época, total clareza, mas, debaixo da superfície de geógrafo urbano “puro”, fermentava uma inquietação que crescia a cada ano, a cada congresso ou simpósio.

A década de 1990 transcorreu sem grandes solavancos temáticos, mas a década seguinte, justamente a que começou com a publicação e a premiação de *O desafio metropolitano*, assistiu a um deslocamento já significativo de minhas prioridades de leitura e estudo. Eu estava, naquele momento, intuitivamente, já bem convencido de que precisava voltar a

estudar sistematicamente algumas coisas que haviam ficado para trás, no meu passado de graduando e doutorando – Economia Ecológica, políticas públicas, ativismos e conflitos ambientais, Ecologia Política etc. –, mas das quais eu sentia que iria precisar mais e mais. Vinte ou quinze anos atrás, porém, tudo se limitou, sobretudo, a leituras, sem nenhum projeto de pesquisa dedicado a tais temas “ambientais”. No fundo, eu bem sabia que, se quisesse ter algo consistente a dizer sobre aqueles assuntos, ou ao menos sobre alguns deles, eu teria de me preparar adequadamente. Não era uma mera questão de “querer”. Além do mais, eu sabia que espantaria e talvez desapontasse (e, quem sabe, chocasse) vários colegas da Geografia Urbana. Estaria eu pronto para aceitar todas as consequências? Em 2001, eu ainda não estava. Dez anos depois, eu já estava. Cavia, apenas, planejar a transição.

Cumpra ainda lembrar a importância, como fonte de inspiração, que autores do anarquismo clássico, notadamente Reclus e Kropotkin, tiveram nessa “tomada de coragem”. Eram autores que eu já conhecia e esporadicamente usava desde os anos 1980, mas que, na verdade, me inspiraram ética e politicamente, mas não epistemologicamente (ou seja, algo semelhante ao que aconteceu com a fonte valverdiana, que era sobretudo ética, mas não uma fonte de inspiração teórico-metodológica ou epistemológica). A partir dos anos 2010, porém, começou a ser diferente. Eu procurei tirar as devidas consequências epistemológicas de uma Geografia que era, sem dúvida, crítica e radical, mas que não achava produtivo “livrar-se” de sua dimensão ecogeográfica como quem se livra de um fardo, ou como quem deita fora o lastro supérfluo de um balão. Eu queria alçar novos voos, mas, para mim, aqueles conhecimentos não eram um lastro inútil, um peso morto, um estorvo; eram, pelo contrário, fundamentais – *desde que recontextualizados, em matéria de crítica do positivismo e do naturalismo*.

E assim chegamos ao tal do “murro na mesa”. É bem verdade que não foi um único murro, um único episódio: foram vários momentos em que eu explicitiei uma reviravolta. Talvez o mais emblemático tenha sido a conferência de abertura do XI ENANPEGE (Pres. Prudente, 2015), que saiu publicada em 2016. Mas houve outros momentos, antes desse. Acontece que, até hoje, muitos colegas não conseguiram entender (e uns tantos parece que nem fizeram qualquer esforço para entender) a natureza exata dessa reviravolta. Ela não foi um recomeço em bases totalmente novas: a minha “reinvenção” profissional se deu, a rigor – por tudo o que eu disse antes, nesta carta –, como uma “libertação”, uma superação de algo que era vivido como uma certa contradição, mas que, na verdade, não era de uma contradição que se tratava. Além do mais, e principalmente, a minha

“reinvenção” profissional, que foi sendo tornada pública, paulatinamente e de maneira cada vez mais sistemática, nos últimos dez ou oito anos, e particularmente a partir de 2015, correspondeu a uma *expansão de horizontes*. Essa expansão de horizontes tem um nome: o *direito ao planeta*.

Sou conhecido, até internacionalmente, como alguém que tem dado uma contribuição significativa à tarefa de pensar e repensar o “direito à cidade” (expressão, como se sabe, cunhada por Henri Lefebvre). Isso não é errado, mas eu mesmo fui ficando crescentemente insatisfeito com essa “gavetinha”, com esse “escaninho” no qual eu fui enfiado. A tal ponto que o meu “murro na mesa” é simbolizado precisamente por essa transição que, aos meus olhos, equivale a alçar-me a um patamar superior de complexidade, sem, contudo, simplesmente “jogar fora” ou esquecer a etapa anterior: a mim, cada vez menos foi interessando (apenas) o “direito à cidade”, e cada vez mais interessando o que tenho chamado de *o direito ao planeta*. Não vou discorrer sobre isso aqui, embora eu me veja tentado; entretanto, tenho falado e publicado sobre isso há vários anos, no Brasil e fora do Brasil, de forma que não seria o caso de ficar me repetindo. Estas linhas pertencem a uma carta, não a um artigo científico.

E é aqui, nesta altura, que minhas opções e minha maneira de encarar a Geografia se entrelaçam de um jeito como nunca havia ocorrido antes. Eu, que venho de muitos anos de estudo de problemas e temas como ativismo de bairro, espacialidade da criminalidade violenta, “questão urbana” etc., bem sei que há uma miríade de assuntos que não dependem de uma interface Geografia Social/Ecogeografia para serem adequadamente investigados. A questão é que todos aqueles outros que, eles sim, dependem dessa interface, foram tremendamente prejudicados pelo fosso intradisciplinar que os próprios geógrafos trataram de cavar e aprofundar (replicando, tolamente, o fosso interdisciplinar entre ciências da natureza e ciências da sociedade). Outra questão é que, na esteira disso, muitos problemas sociais/ambientais que poderiam ter sido extraordinariamente bem estudados pelos geógrafos foram, com as exceções de praxe, negligenciados. Foi disso tudo que eu me cansei. Foi contra tudo isso que eu decidi me insurgir.

A Geografia, como já disse alguém (meio brincando, mas falando sério), é “aquilo que os geógrafos estudam”. Existem muitas Geografias possíveis; a Geografia, talvez mais que qualquer outra disciplina, tem vocação para o pluralismo. Mas não somente para o pluralismo *temático*: a Geografia é, também, *epistemologicamente* plural. Os dois grandes “lados”, que representam, dentro da disciplina, as duas macrotradições da ciência moderna (pesquisa natural e social), têm dificuldade para aceitar isso. A história é muito longa, e já tive ensejo de tratar disso em outros momentos; mas vou resumir: lidar com essa diversidade epistemológica é difícil, e a

maioria de nós não vê o difícil como um desafio estimulante, mas sim como uma chateação. A partir do momento em que os geógrafos foram se sentindo cada vez menos recompensados por seu esforço de integração, ao mesmo tempo em que se sentiam cada vez mais cobrados externamente em matéria de “profundidade” (como se verticalizar o conhecimento, especializando-se indefinidamente, sem investir nas articulações e contextualizações, fosse o único caminho legítimo!), estava dada a senha para que o belo e desafiador projeto de transversalidade epistêmica da Geografia fosse sendo posto de lado. Geógrafos físicos foram se autodeclarando, em primeiro lugar, geomorfólogos e congêneres, e foram deixando de publicar nos periódicos da Geografia (ou foram, até mesmo, saindo dos departamentos de Geografia, quando possível); geógrafos humanos passaram a citar cada vez menos outros geógrafos (e nunca os geógrafos físicos), e passaram, em não poucos casos, a dialogar preferencialmente com sociólogos, antropólogos etc.

Quando eu falo de “Geografia Ambiental”, isso não corresponde a um “ramo”, como eu tenho insistido. É uma *maneira de olhar*, uma maneira que busca interfaces, diálogos, complementaridades. Continuo me dedicando, basicamente, aos estudos urbanos, continuo refletindo e estudando ativismos e movimentos sociais, continuo examinando conflitos. A Geografia que eu pratico é, basicamente, por uma questão de vocação e treinamento, uma Geografia Social – não uma Ecogeografia. Mas a Ecogeografia me complementa, e eu procuro o diálogo com meus colegas que estudam, por exemplo, inundações, deslizamentos ou contaminação ambiental, para que os meus próprios trabalhos sobre injustiça ambiental ganhem em concretude e precisão. O Outro epistemológico não me afronta, *a priori*: ele *me complementa, me completa*. E, por isso, *me ajuda*.

Compreendo, assim, a Geografia como um campo incrivelmente fecundo, mas que se acostumou, especialmente nas últimas quatro ou cinco décadas, a sentir-se um patinho feio. Acreditou nisso, e outros também passaram a acreditar (ou reforçaram sua crença preconceituosa e tacanha). Não adianta, entretanto, você tentar convencer o patinho de que ele, na verdade, é um cisne, se ele se recusar a se ver assim. Diferentemente da fábula, aqui não há um “crescimento natural”: o patinho não se constituirá em cisne se insistir em tentar ser, apenas, um pato entre outros, adaptado ao mundo circundante desse nosso triste laguinho intelectual (que é o mundo da disciplinaridade estreita, da divisão do trabalho acadêmico positivista, da oposição limitada e limitante entre “sociedade” e “natureza”).

Haverá, ainda, tempo para a Geografia se “reinventar”, relendo com mais generosidade e autoestima o seu próprio passado? Há geógrafos que vêm apostando nisso, e eu tenho sido um deles. Ainda somos poucos. Não sei se chegaremos a ser muitos. Não sei, principalmente, se isso conseguirá

fazer diferença; afinal, perdemos muito tempo. Viver, porém, é arriscar. A vida não é um simples jogo, mas nós temos de fazer as nossas apostas. A minha aposta pessoal é essa: eu não conseguiria mais praticar uma Geografia que faz abstração de muitas das coisas que a própria sociedade, mundialmente, vê, mais e mais, como relevantes. Como *cruciais*. Ao expandir os meus próprios horizontes, fiz as pazes comigo mesmo. Mais do que nunca, sou um discípulo de Orlando Valverde – e, pensem o que pensarem, estou seguro de que essa trilha é aquela que eu deveria ter trilhado, sem pestanejar, desde sempre. (Um consolo, todavia, me socorre: graças às minhas hesitações, alimentei-me de tudo e conheci, a fundo, as diferentes posições. Sei, portanto, do que falo, por ter vivido, e não somente por ter lido ou ouvido falar. É um prazer imenso ter esta vantagem: cheguei, é bem verdade, um pouco tarde a assumir explicitamente esta posição, mas consigo defendê-la talvez muito melhor do que teria sido o caso se eu, meramente, tivesse caminhado em linha reta, sem olhar para os lados, sem angústias, sem inquietações, sem simular intrincados diálogos tensos, sem imaginar tribunais inquisitoriais – para, finalmente, subir no ringue e enfrentar quem quer que fosse.)

Petrópolis, junho de 2020.

MLS